

## SIMPÓSIO AT 176

# A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E O HORIZONTE SOCIAL E HISTÓRICO DOS ANOS DE 1970: UM DIÁLOGO PERTURBADOR

VIDON, Luciano N.  
UFES/GEBAKH  
pfvidon@gmail.com

**Resumo:** Realizamos, entre 2016 e 2017, uma investigação das bases teórico-metodológicas e linguístico-pedagógicas do contexto dos anos de 1970 no Brasil e concluímos que o ensino de língua portuguesa, em especial o ensino de redação, se pautava em bases estruturalistas e formalistas, a despeito de um discurso funcionalista, como supostamente leva a crer a concepção instrumental de língua(gem). Tendo em vista essa linha de investigação, objetivamos, nesta comunicação, cotejar o contexto supracitado, isto é, as bases teórico-metodológicas de ensino de língua portuguesa nos anos de 1970 com alguns pressupostos defendidos na Base Nacional Comum Curricular, publicada em 2018 pelo MEC. Para isso, fundamentamos nossa reflexão nos princípios epistemológicos defendidos pelo Círculo de Bakhtin, em especial os princípios da historicidade, da limiaridade e da dialogicidade (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2011; VOLOSHÍNOV, 2009; BAKHTIN, 1998; BAKHTIN, 1993; BAKHTIN, 2013). Colocamos, portanto, os dois (02) contextos em diálogo, compreendendo-os *cronotopicamente* como reflexo e refração de um mesmo conteúdo ideológico, que vai na direção de uma formalização linguística no ensino do texto e de uma idealização cognitiva em relação aos sujeitos de discurso.

**Palavras-chave:** Estudos bakhtinianos; Texto e Discurso; Ensino de língua portuguesa.

**Abstract:** Between 2016 and 2017, we carried out an investigation of the theoretical-methodological and linguistic-pedagogical foundations of the context of the 1970s in Brazil and concluded that Portuguese-language teaching, especially writing teaching, was based on structuralist and formalist bases, in spite of a functionalist discourse, as supposedly leads one to believe the instrumental conception of language (gem). In view of this line of research, this paper aims to compare the aforementioned context, that is, the theoretical-methodological bases of Portuguese language teaching in the 1970s, with some assumptions defended in the National Curricular Common Base, published in 2018 by MEC. For this, we base our reflection on the epistemological principles defended by the Bakhtin Circle, especially the principles of historicity, threshold and dialogicity (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2011, BAKHTIN, 1998, BAKHTIN, 1993). We therefore place the two contexts in dialogue, chronotopically understanding them as reflection and refraction of the same ideological content, which goes in the direction of a linguistic formalization in the teaching of the text and a cognitive idealization in relation to the subjects of discourse.

**Keywords:** Bakhtinian studies; Text and Discourse; Portuguese language teaching.

## Introdução

Desde 2014, despertamos interesse em pesquisar mais a fundo o contexto histórico-social das políticas linguísticas no Brasil a partir dos anos de 1970, com foco nas mudanças propostas para o ensino de língua portuguesa, visando cotejar, em última instância, esse horizonte discursivo com nosso horizonte atual, tendo por base epistemológica o dialogismo teórico-metodológico trabalhado pelo Círculo de Bakhtin.

Deparamo-nos, pois, com um documento do MEC de 1981<sup>1</sup> que refletia (e refratava) o contexto político, social, cultural e educacional dos anos de 1970, quando o então governo militar instituiu uma nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), em 1971, investindo na concepção de língua como instrumento de comunicação, no âmbito de uma perspectiva desenvolvimentista e tecnicista.

Nesse trabalho de pesquisa<sup>2</sup>, concluímos que o ensino de língua portuguesa, em especial o ensino de redação, se pautava em bases estruturalistas e formalistas, a despeito de um discurso funcionalista, como supostamente leva a crer a concepção instrumental de língua(gem).

Tendo em vista essa linha de investigação, procuramos, neste trabalho, cotejar o contexto supracitado, isto é, as bases teórico-metodológicas dos anos de 1970 e 1980, no Brasil, com alguns pressupostos defendidos na Base Nacional Comum Curricular, publicada em 2018 pelo MEC.

Para isso, fundamentamos nossa reflexão nos princípios epistemológicos defendidos pelo Círculo de Bakhtin, em especial os princípios da historicidade, da limiaridade e da dialogicidade, conforme trabalhados em obras como “Marxismo e filosofia da linguagem” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV,

---

<sup>1</sup> Analisamos (VIDON, 2019 [no prelo]), neste sentido, um documento do MEC, publicado em 1981, que refletia (e refratava), conforme Bakhtin/Voloshinov (2011), o contexto epistemológico e político-pedagógico dos anos de 1970 nos campos da educação e da linguagem. Trata-se do documento político direcionador curricular “ O ensino de língua portuguesa e literatura brasileira no 2º grau – Sugestões metodológicas”, coordenado por Magda Becker Soares, com participações de Maria Antunieta Antunes Cunha – linguagem oral e gramática -, Orlando Bianchini – redação e leitura – e Letícia Malard – leitura.

<sup>2</sup>Os resultados dessa investigação estão apresentados em capítulo de livro que organizei juntamente à profa. Ana Zandwais, da UFRGS, supervisora de meu estágio de pós-doc, e que se encontra em vias de publicação pela EDUFES (VIDON; ZANDWAIS; no prelo).

2011; VOLOSHÍNOV, 2009), “Problemas da poética de Dostoiévski” (BAKHTIN, 1998), “Questões de literatura e estética” (BAKHTIN, 1993), “Questões de estilística no ensino de língua” (BAKHTIN, 2013), entre outras.

## 1- O tecnicismo no ensino de língua portuguesa dos anos de 1970

Uma perspectiva tecnicista de ensino de texto foi comum nos anos de 1970 e 1980, quando bases linguístico-pedagógicas formalistas e cognitivistas sustentavam as concepções de língua/linguagem, texto e também de sujeito.

Como podemos perceber na citação a seguir, a língua(gem) é vista como um sistema formal, à moda chomskyana, condição *sine qua non* para a comunicação.

Comunicar é tornar comum. Passamos de nós, para os outros, fatos, ideias, pensamentos, emoções, sentimentos. Isso se faz verbalmente (através de palavras, que constituem frases). Tais frases são organizadas dentro de um sistema (conjunto finito de regras capaz de gerar sentenças ou frases infinitas). Assim, por exemplo, com uma regra simples que define a ordem normal da sentença em português (sujeito-verbo-complemento) podemos produzir, teoricamente, infinitas sentenças. É como na matemática; o mecanismo (ou regra) de uma operação qualquer é o mesmo para infinitas variações de dados. (BRASIL, 1981, p. 5 – grifos dos autores)

O sujeito, por sua vez, é concebido em uma perspectiva cognitivo-desenvolvimentista. Para os autores (BRASIL, 1981, p. 7),

principalmente no 2º Grau, quando o aluno já teria adquirido as estruturas básicas da língua, os exercícios de linguagem deveriam levar o estudante ao desenvolvimento, ampliação e variação dessas estruturas, definindo aquilo que poderíamos chamar de estilo pessoal e dando-lhe a visão de uma língua suficientemente rica para permitir (ou mesmo exigir) variações de registro, de acordo com a situação específica de cada ato de comunicação. No 2º Grau, ele [o aluno] está em plena fase do pensamento racional, caracteristicamente marcado pelo domínio das noções abstratas, com grande possibilidade, conseqüentemente, de análise e crítica. (BRASIL, 1981, p. 7)

Nestas bases – formalistas e cognitivistas - surgiram discursos tecnicistas em relação ao ensino de texto (redação), materializados formalmente em manuais de redação, como o longo “Técnica de redação” (1979), de autoria de Magda Becker Soares e Edson Campos Nascimento<sup>3</sup>. Assentado em uma visão geral de linguagem funcionalista jakobsoniana, na prática esse manual tem raízes cognitivistas e comportamentalistas profundas, o que revela, na verdade, uma contradição, como apontamos na análise do documento do MEC (VIDON, 2019 – no prelo).

Dos muitos aspectos que poderiam ser analisados na Base Nacional Comum Curricular, aprovada em dezembro de 2018, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), do Ministério da Educação (MEC), e que já fazem parte de um conjunto de reflexões (ALCÂNTARA, STIEG, 2016; FREITAS, 2017; RIBEIRO, 2017; GERALDI, 2016; BRAMBILA, 2018; entre outros), vou me ater à questão do tecnicismo no ensino de língua e de texto, cujas bases foram anteriormente mencionadas, já que, a meu ver, constitui(em) o cerne da perspectiva linguístico-pedagógica dos anos de 1970/1980 e que, por hipótese, acredito estar ressurgindo no momento histórico-social em que vivemos.

## **2- A BNCC e o retorno do tecnicismo no ensino de texto**

Tendo em vista os propósitos deste trabalho, nos chamaram muito a atenção as divergências que pudemos observar entre duas versões da BNCC, a que foi aprovada em 2018 e a apresentada para consulta pública no final da gestão interrompida de Dilma Rousseff, em abril de 2016.

Diferentemente da versão de 2016, a de 2018, na 2ª página da introdução, traz em negrito, ou seja, com destaque, o conceito de competência, sob a forma de “competências gerais e específicas”, que a BNCC deveria concorrer para assegurar. Não há este foco na versão anterior e aqui retomamos nossa hipótese de trabalho: o ressurgimento de uma perspectiva cognitivista e tecnicista no ensino de língua portuguesa e texto na educação brasileira.

<sup>3</sup>Analizamos esse manual de redação em Vidon, 2018.

Desde já, é importante observar que temos consciência de que essa hipótese geral precisa ser melhor fundamentada e trabalhada, o que pretendemos desenvolver na sequência de nossas investigações, no âmbito do projeto de pesquisa “Contribuições dos estudos bakhtinianos para uma compreensão dialógico-discursivo do ensino de texto no Brasil dos anos de 1970 até os dias atuais”.

Com a noção de competência(s), que vem acompanhada da noção de habilidade(s), o foco da Base passa a ser o estudante (um indivíduo), e não um todo que incluiria o estudante, o professor e a sociedade da qual eles fazem parte. Na versão de 2016, o foco está nos “Direitos e Aprendizagens, Eixos de Formação e Objetivos de Aprendizagem”, estabelecendo uma relação dialógica entre sociedade, escola, educador(es) e educando(s).

Há uma ressignificação, portanto, no documento da BNCC aprovado em 2018, que associou diretamente Educação (Básica) a Competências (gerais). Essa associação não fazia exatamente parte da LDB de 1996, nem dos documentos elaborados posteriormente, os PCN, OCN e DCN. E não fazia parte, também, das versões da Base elaboradas pelo MEC na gestão Dilma Rousseff. Ou seja, essa associação foi incorporada na versão posterior à queda da presidenta Dilma, por uma nova equipe, de maio de 2016 a novembro de 2018, quando o documento é finalmente aprovado pelo CNE<sup>4</sup>.

Esses documentos (PCN, OCN, DCN, Pareceres diversos do CNE e a versão entregue em abril de 2016, após 4 anos de trabalho de uma extensa equipe de colaboradores) se colocaram contrários a uma perspectiva pedagógica cognitivista (psicologizante) em que os conceitos de competência e habilidade são palavras-chave. Basta lembrar que encontramos esses conceitos em dois campos com os quais dialogamos há muito tempo, a linguística e a psicologia. Em Chomsky, a noção de competência é fundamental para sua concepção de língua(gem). Em Piaget, o conceito é basal para sua compreensão do desenvolvimento humano.

Em uma outra perspectiva teórica, os especialistas que colaboraram com a BNCC no período de 2012 a 2016, tendo por base o já postulado em

<sup>4</sup>Para isso, a LDB de 1996 foi alterada por força da Lei nº 13.415/2017.

documentos anteriores como, fundamentalmente, as Orientações e Diretrizes Nacionais Curriculares, compreendiam o processo ensino-aprendizagem fundado em conceitos como formação, campo e prática (sociais), advindos de um horizonte epistemológico mais sociológico e histórico. Enquanto a versão de 2016 se estrutura em conceitos como “dimensões de formação”, relacionadas a trabalho, ciência, tecnologia e cultura, e “eixos de formação”, entendidos como letramentos e capacidade de aprender, solidariedade e sociabilidade, pensamento crítico e projeto de vida, intervenção no mundo natural e social, a versão de 2018 se fundamenta em Áreas de conhecimento, como Língua Portuguesa e Matemática, Competências específicas das áreas e Habilidades. Ainda que essa última versão mantenha, em alguma medida, noções relacionadas às teorias de letramento, como multiletramentos, letramento digital, multimodalidades, é no mínimo contraditório não se ter o conceito de “prática social” como basilar dessa perspectiva.

Entendendo o signo como ideológico, conforme Bakhtin/Voloshinov (2011), as mudanças conceituais realizadas pela versão final da BNCC significam uma mudança ideológica. Essa “nova” ideologia, a nosso ver, vai na direção de uma compreensão associal e ahistórica dos processos de ensino-aprendizagem, incluídos aqui, claro, os ensinamentos de língua portuguesa e de texto. A ideologia de competências e habilidades, reforçada o tempo todo na versão de 2018 da BNCC, tende a caminhar em direção a uma perspectiva do desenvolvimento individual, e não coletivo, plural, que, em última instância, se encontra com outra ideologia dos tempos atuais no Brasil, a meritocracia. Para atender a essas ideologias, do individualismo e da meritocracia, o paradigma metodológico também precisa ser alterado, passando de uma pedagogia inclusiva, cidadã, democrática, dialógica, de base freireana, para uma pedagogia exclusiva, competitiva, isto é, uma pedagogia que desenvolva competências e habilidades.

## Conclusão

O presente estudo, ainda incipiente, necessitando de um aprofundamento nos dados (já existentes e em devir), nos leva, pelo menos indiciariamente (cf. Ginzburg, 1986), à conclusão de que as mudanças ideológicas, teórico-metodológicas, implementadas na versão final da BNCC, aprovada no final de 2018, possibilitada pela alteração de um dispositivo de lei (a Lei 13.415/2017, que alterou o texto da LDB de 1996, revogando, por exemplo, itens do Art. 26), podem aproximar as políticas linguístico-pedagógicas que serão desenvolvidas a partir da BNCC das políticas desenvolvidas nos anos de 1970 e 1980, quando um forte viés tecnicista e desenvolvimentista, com foco no indivíduo (vide os elementos comportamentais a serem trabalhados no ensino, conforme os “Subsídios metodológicos” de 1981), se impôs. Os indícios levantados, portanto, nos levam a acompanhar os desdobramentos das políticas e práticas linguísticas que surgirão, apontando, se for o caso, suas contradições e eventuais retrocessos.

### Referências bibliográficas

ALCÂNTARA, R.G. e STIEG, V. “O que quer” a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil: o componente curricular língua portuguesa em questão. Revista brasileira de alfabetização – Abalf. Vitória, ES. V. 1, n. 3, p. 119-141, jan./jul. 2016.

BAKHTIN, M. **Questões de literatura e estética**. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. **Problemas da poética de Dostoiévsky**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

\_\_\_\_\_. **Questões de estilística no ensino de língua**. São Paulo: Editora 34, 2013.

BAKHTIN/VOLOCHÍNOV **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2011.

BRAMBILA, G. A produção de textos na Era Enem: subjetividade e autoria no contexto político-pedagógico brasileiro. Dissertação de Mestrado. PPGEL/UFES, 2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília: MEC, 1971.

\_\_\_\_\_. **O ensino de língua portuguesa e literatura brasileira no 2º grau: sugestões metodológicas**. Brasília: MEC/Secretaria de Ensino de 1º e 2º graus, 1981.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Média e Tecnológica. 1999. 394p.

\_\_\_\_\_. **Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Línguas, códigos e suas tecnologias**. Brasília: MEC/SEB/Secretaria de Educação Básica., 2006.

Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book\\_volume\\_01\\_internet.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf)  
- Acesso janeiro de 2019.

\_\_\_\_\_. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica: 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_19dez2018\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_19dez2018_site.pdf)- Acesso em janeiro de 2019.

\_\_\_\_\_. **Base Nacional Comum Curricular (2ª versão)**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica: 2016. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_segunda\\_versao\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_segunda_versao_site.pdf)- Acesso em maio de 2016.

FREITAS, Luiz Carlos de. *Manifestação da comissão permanente de formação de professores da Unicamp sobre a elaboração da Base Nacional Comum Curricular*. Blog do Freitas. 21 de setembro de 2017. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2017/09/21/bncc-documento-da-comissao-de-formacaounicamp/> - Acesso em outubro/2018.

GERALDI, J. W. *Ensinantes e ensino: a propósito dos ensinantes e do ensino da língua uniformizar os discursos e garantir o controle*. Blog do Geraldi. 2016. <http://blogdogeraldi.com.br/?s=ensinantes+e+ensino>. acesso em setembro de 2018.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

RIBEIRO, Monica. *Nota pública do FORUMDIR*. Facebook. 14 de setembro de 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/monicaribeirodasilva?pnref=friends.search> – Acesso outubro/2018.

SOARES, M. B.; NASCIMENTO, E. C. **Técnica de redação**. São Paulo: Ao Livro Técnico, 1979.

VOLOSHÍNOV, V. *El Marxismo y la Filosofía de la lenguaje*. Buenos Aires: Ediciones Godot Argentina: 2009.

VIDON, L. N. O ensino de língua portuguesa no Brasil e as concepções de língua(gem) e de texto nos anos de 1970: condições sócio-históricas de inserção do pensamento bakhtiniano no contexto político-educacional brasileiro. In: VIDON, L. N.; ZANDWAIS, A. **A pesquisa sob o enfoque dos estudos do Círculo de Bakhtin**. Vitória, ES: EDUFES, no prelo.

VIDON, L. N.; ZANDWAIS, A. **A pesquisa sob o enfoque dos estudos do Círculo de Bakhtin**. Vitória, ES: EDUFES, no prelo.